



Desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável

O caminho para uma sociedade mais justa e democrática assenta na necessidade da distribuição de terras. O Brasil possui vastos territórios improdutivos nas mãos de latifundiários, um privilégio de uma seleta oligarquia que concentra as terras brasileiras. Por outro lado, milhares de famílias no campo vivem em condições de precariedade e penúria, sem terra para cultivar e sem mora-

dos territórios e garantia da reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas”, ou seja, o direito a terra é inalienável.

Porém, um retrocesso nas políticas de distribuição de terras promovidas pelo atual governo petista subserviente aos grupos econômicos do modelo de agronegócio, empreiteiras e os grandes

lias residem há oito anos no local e possuem várias lavouras (milho, macaxeira, inhame) e criação de animais. As crianças contam com escola de alfabetização e os mais velhos com salas do Programa Jovens e Adultos (PROEJA). São vitórias conquistadas com muita luta e por isso a resistência se faz necessária. As críticas do Frei Beto ao estado e seus braços administrativo e repressivo, ecoam fortes

Imagem: mst.org.br



A Reforma Agrária é pauta de reivindicações de muitos movimentos sociais. O MST (Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra) combate, historicamente, o cerceamento da Terra que atende os interesses privados. Em documento escrito no 1º Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas afirma “a reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável, pressupondo mudança na estrutura fundiária, democratização do acesso à terra, respeito

capitalistas causam profundos conflitos socioambientais. O assentamento Milton Santos, em Americana (SP), no último mês de Dezembro, segundo determinação da 2ª Vara de Piracicaba da Justiça Federal, serie reintegrado como pagamento de multa da família Abdalla, ex-proprietária do terreno. E 70 famílias seriam desapropriadas, gerando um prejuízo na produção de alimentos que é destino ao comércio local.

Em Alagoas, o acampamento São José foi alvo da reintegração de posse movida pelo governador Téó Wilela Filho (PSDB). As famí-

e reais, quando o primeiro está ausente é o segundo que resolve o problema, salientou no seu discurso na Plenária de Direitos Humanos na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), no dia 10/12. Essas são as medidas do governo contra aqueles que se negam a abandonar suas moradias, são tratados com balas, pancadas e brutalidade.

Várias lideranças foram assassinadas e tantas outras sofrem cotidianamente com ameaças, atuações de milícias instauram o medo naqueles que lutam por um direito negado pelo estado.